



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 651, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021.

Altera a Lei Complementar nº 204, de 22 de dezembro de 2003, que “dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências.”

O Povo do Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e, eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inc. II do art. 12 da Lei Complementar nº 204, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.12
.....

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa a esta Lei Complementar, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza;”

Art. 2º Ficam acrescidos os §§ 5º e 6º ao art. 21 da Lei Complementar nº 204, de 22 de dezembro de 2003.

“Art. 21.....
.....

§ 5º As instituições financeiras e demais entidades obrigadas pelo Banco Central do Brasil à adoção do Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, estarão sujeitas à multa de 100 (cem) Unidades Fiscais do Município – UFPM, pela falta de apresentação da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF, por competência e por módulo.

7



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

§ 6º Sem prejuízo das disposições relativas às infrações e penas constantes de outras leis, as pessoas, físicas ou jurídicas, que negarem ou deixarem de apresentar à seção competente do Município, ou à autoridade administrativa responsável pela ação fiscal, qualquer documento, relatório, livro, ficha, declaração ou congênere, no prazo estipulado pela Administração Tributária e, quando solicitado via Termo de Início de Ação Fiscal – TIAF, estarão sujeitos à multa de 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município – UFPM, por tipo documento e por competência.

Art. 3º O item 11 da Tabela I (Lista de Serviços Tributados pelo ISSQN) anexa à Lei Complementar nº 204, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte subitem 11.05:

“Tabela I

Lista de Serviços Tributados pelo ISSQN
(Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)

.....

Subitem	Descrição dos serviços	Alíquota
11.05	“Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.”	2%

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 20 de dezembro de 2021, 133º ano da República e 153º ano do Município.

Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal